



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
GABINETE DO MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

**DSATS**

(A Secretária-Geral

16/7/04

Exm.<sup>a</sup> Senhora  
Secretária Geral da Assembleia da  
República

Sí referência

Sí comunicação

N.º referência

Data

Of. 5757/MAP/04

14.Jul.2004

Assunto **Resposta ao Requerimento n.º 797/IX/2ª**

Por determinação de Sua Excelência o Ministro dos Assuntos Parlamentares, junto envio a resposta dada por Sua Excelência o Ministro da Economia, ao requerimento melhor identificado em epígrafe, apresentado pela Senhora Deputada Paula Cristina Duarte (PS).

Á DAPLEN  
20.4.07/16

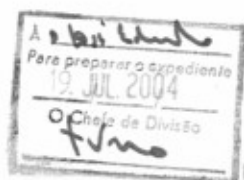
Com os melhores cumprimentos,

A Directora de Serviços

O Chefe do Gabinete,

(Rui Crull Tabosa)

/nl



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Direcção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado  
Entrada N.º **01576** em 2004-07-16



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
GABINETE DO MINISTRO

05850 05.JUL 04 18:28

*Handwritten signature*

Exmo. Senhor  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Ministro dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de S. Bento (A.R.)  
1249-068 Lisboa

S/referência  
Of 1712/MAP/04, de 26/2/04  
Of 2851/MAP/04, de 24/3/04  
Of 3708/MAP/04, de 27/4/04

N/referência  
Proc. 08.12.01/2004  
Reg. 2521, 3975 e 5743

Rua Laura Alves, 4 - 12º 1050-138 Lisboa  
Telef. 21 792 18 00

**Assunto: REQUERIMENTO N.º 797/IX/2ª DA SENHORA DEPUTADA PAULA CRISTINA DUARTE (PS).**

Encarrega-me o Senhor Ministro da Economia de junto enviar a V. Exa a Nota elaborada tendo em vista dar resposta às questões suscitadas pela Senhora Deputada Paula Cristina Duarte através do Requerimento em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

*Handwritten signature*

A Chefe do Gabinete

*Handwritten signature of Patrícia Del Olmo Pincarilho*

Patrícia Del Olmo Pincarilho

Anexo: o mencionado

GABINETE DO MINISTRO	
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES	
Entrada N.º	2537
Processo N.º	08.12.01/2004

/aps



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
GABINETE DO MINISTRO

NOTA

Requerimento n.º 797/IX/2ª da Senhora Deputada Paula Cristina Duarte (PS)

**Assunto:** Encerramento da Empresa Finex no Concelho da Maia

Em resposta ao solicitado no Requerimento identificado em epígrafe, formulado pela Senhora Deputada igualmente acima identificada, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tenho a honra de prestar a V.Exa os seguintes esclarecimentos.

A empresa Finex Confecções celebrou com o IAPMEI três contratos:

- o primeiro reporta-se ao QCA I tendo a respectiva empresa recebido um incentivo de 165 651 contos. Este contrato já findou, tendo a empresa cumprido todas as obrigações e cláusulas contratualmente previstas.
- no âmbito do Sistema de Incentivos para a Modernização da Indústria Têxtil (SIMIT), foram apoiados os seguintes projectos, encontrando-se os mesmos ainda em vigor:

(Unid. Contos)

N.º projecto	Investimento	Incentivo
A2 - 5702	313 874	189 093
A3 - 13011	126 043	15 735



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
GABINETE DO MINISTRO

Relativamente ao encerramento da empresa, de acordo com informação apurada junto da mesma, a situação é a seguinte:

- A Finex, procedeu a uma operação de reestruturação das suas actividades produtivas em Portugal, tendo em conta as dificuldades sentidas pela generalidade das empresas deste sector em manter no nosso país, fabricas de menor valor acrescentado.
- Essa reestruturação levou à criação, por cisão, de uma nova empresa, Finex Tech Confeccões, Lda, que absorveu cerca de 160 trabalhadores da Finex Confeccões.
- Esta nova empresa continuará a produzir em Portugal produtos tecnologicamente mais evoluídos e de maior valor acrescentado;
- Na sequência do solicitado pelo promotor, foi autorizada a cessão da posição contratual e conseqüentemente a transmissão de todos os direitos e obrigações assumidos no âmbito dos contratos celebrados ao abrigo do SIMIT, para a empresa Finex Tech Confeccões, Lda.

Por último importa sublinhar que pese embora esta reestruturação tenha levado à libertação de cerca de 350 trabalhadores, foram tomadas as atitudes consentâneas e legalmente possíveis, garantindo por um lado a defesa dos direitos dos trabalhadores e por outro a defesa dos interesses do Estado Português.